



Artigo Original

VIOLÊNCIA NA ESCOLA VIVIDA POR PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS E DIRETORES

SCHOOL VIOLENCE LIVED BY TEACHERS, OFFICERS AND EMPLOYEES OF EDUCATIONAL INSTITUTIONS

VIOLENCIA EN LA ESCUELA VIVIDA POR PROFESORES, FUNCIONARIOS Y DIRECTORES

Karolina de Moura Manso da Rocha¹, Glauceia Maciel de Farias², Allyne Karlla Cunha Gurgel³, Isabel Karolyne Fernandes Costa⁴, Mirna Cristina da Silva Freitas⁵, Amanda Alves Miranda de Souza⁶

Esta pesquisa tem como objetivo caracterizar os profissionais que trabalham no contexto das escolas pública e particular, bem como, identificar os agressores e os tipos de eventos violentos vivenciados por esses profissionais. Trata-se de um estudo descritivo, exploratório, comparativo, com abordagem quantitativa, realizado em duas escolas situadas em Natal/RN. A amostra constituiu-se de 121 profissionais, sendo 62 da instituição pública e 59 da particular. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFRN e aprovado sob Parecer de nº 149/10. Constatou-se que havia 68 (56,20%) mulheres, 68 (56,20%) professoras; 51 (42,15%) funcionários e 02 (01,65%) diretores, 37 (30,58%) já foram vítimas de *bullying*, 36 (97,30%) foram agredidos por alunos. Concluiu-se que a maioria dos profissionais eram mulheres, professoras e já sofreram violência na escola. Assim, torna-se fundamental criar estratégias para auxiliar estes funcionários a prevenir e combater o *bullying* na escola.

Descritores: Enfermagem; Violência; Saúde Escolar.

This research aims to characterize the professionals who work in the context of public and private schools, as well as to identify the perpetrators and the types of violent events experienced by these professionals. A descriptive, exploratory and comparative study with quantitative approach, conducted in two schools in the city of Natal-RN, Brazil. The sample consisted of 121 professionals, 62 from the public institution and 59 from the private. The project was submitted to the Research Ethics Committee of UFRN and approved under protocol No. 149/10. It was found that there were 68 (56.20%) women, 68 (56.20%) women teachers, 51 (42.15%) employees and 02 (1.65%) directors, 37 (30.58%) have been bullied, 36 (97.30%) were attacked by students. We concluded that most professionals were women, teachers, and have suffered violence at the school. Thus, it becomes essential to develop strategies to assist these employees to prevent and combat bullying at school.

Descriptors: Nursing; Violence; School Health.

El objetivo de la investigación fue caracterizar los profesionales que trabajan en el contexto de escuelas públicas y privadas, así como identificar los agresores y tipos de eventos violentos experimentados por estos profesionales. Estudio descriptivo, exploratorio, cuantitativo comparativo, con enfoque cuantitativo, en dos escuelas de la ciudad de Natal/RN, Brasil. La muestra consta de 121 profesionales, 62 de las 59 instituciones públicas y privadas. El proyecto fue presentado al Comité de Ética en Investigación de UFRN y aprobado según parecer N° 149/10. Había 68 (56,20%) mujeres, 68 (56,20%), profesoras; 51 (42,15%) empleados y dos (01,65%) directores; 37 (30,58%) han sido víctimas de *bullying*, 36 (97,30%) fueron agredidos por estudiantes. La mayoría de las mujeres profesionales, docentes, y han sufrido la violencia en el ámbito escolar. Así, es esencial desarrollar estrategias para ayudar a estos empleados para prevenir y combatir el *bullying* escolar.

Descriptorios: Enfermería; Violência; Salud Escolar.

*Extraído da dissertação "Atuação da escola frente à violência: estudo comparativo entre duas instituições de ensino", apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFRN, em 2011.

¹Enfermeira. Mestre em Enfermagem pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFRN. Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e do Centro Universitário FACEX, Natal, RN, Brasil. E-mail: karolinamoura3@hotmail.com.

²Enfermeira. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação da USP. Professora Associada dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Enfermagem do Departamento de Enfermagem da UFRN, Natal, RN, Brasil. E-mail: glauceamaciel@gmail.com

³Enfermeira. Mestranda em Enfermagem pelo de Pós Graduação da UFRN. Natal, RN, Brasil E-mail: allyne_k@hotmail.com

⁴Enfermeira. Mestre em Enfermagem pelo Programa de Pós Graduação da UFRN, Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Enfermeira Urgencista do SAMU Metropolitano, Natal, RN, Brasil. E-mail: isabelkarolyne@gmail.com

⁵Enfermeira. Mestre em Enfermagem pelo Programa de Pós Graduação da UFRN. Técnica administrativa da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil. E-mail: mirnacfreitas@yahoo.com.br

⁶Enfermeira pela UFRN, Natal, RN, Brasil. E-mail: amanda_alves88@hotmail.com

Autor correspondente: Karolina de Moura Manso da Rocha

Rua Praia Jardim de Ala, 8832, CEP: 59094-250, Ponta Negra, Natal, RN, Brasil. E-mail: karolinamoura3@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A violência consiste em um fenômeno social e histórico, representado por atos que podem ser cometidos por pessoas, famílias, grupos, classes ou nações, com o intuito de prejudicar o outro ou a si próprio⁽¹⁾. Convém acrescentar que os eventos violentos estão inseridos na 10ª Revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10), especificamente no capítulo XX das Causas Externas (CEs). As CEs, por sua vez, são definidas como todos os acontecimentos resultantes de quedas, envenenamentos, acidentes de trânsito, lesões autoprovocadas intencionalmente, agressões, homicídios e suicídios⁽²⁾.

Neste contexto, a exposição aos eventos violentos contribui para o desenvolvimento do comportamento antissocial, originando sintomas como depressão, ansiedade, estresse pós-traumático e agressividade nas pessoas de todas as idades, sobretudo nos indivíduos entre 20 e 21 anos de idade. Tal realidade exige uma atenção especial, visto que, mediante atitudes cada vez mais agressivas, esse grupo de indivíduos pode sofrer graves consequências, bem como, em muitos casos, apresentar conduta violenta na fase adulta⁽³⁻⁴⁾.

Diante disso, ao abordar a violência contra a criança e o adolescente, ressalta-se que a escola tem sido um cenário frequente para diversas manifestações deste tipo, as quais resultam em um problema social relevante e complexo, denominado *bullying*⁽⁴⁻⁵⁾. Este termo é usado para designar práticas perversas de humilhações sistemáticas no ambiente escolar por meio de políticas explícitas de combate no interior da instituição.

Assim sendo, os atos supracitados constituem uma subcategoria do comportamento agressivo, caracterizado por dirigir-se repetidas vezes a vítimas que se encontram incapazes de garantir sua defesa, seja por

estarem em desvantagem numérica, serem mais jovens e fracos, ou simplesmente, por terem menor grau de autoconfiança⁽⁶⁾.

Convém enfatizar que os principais fatores de risco para estas ocorrências são de ordem econômica, social e cultural, além dos aspectos inatos de temperamento e influências de familiares, amigos, escola e comunidade. Isso favorece a manifestação do evento, causando impacto na saúde e desenvolvimento de crianças e adolescentes⁽⁴⁾.

Frente a esta realidade, os estudos mostram que o *bullying* é um problema que assume elevadas proporções, visto que, na Noruega, um em cada sete estudantes está envolvido neste tipo de violência, o que representa 15% do total de alunos matriculados na educação básica. Nessa linha de considerações, uma pesquisa realizada em 21 países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) identificou que a maior incidência do *bullying* está em Portugal, na Suíça e na Áustria. Além disso, nos Estados Unidos da América (EUA), aproximadamente 160 mil alunos faltam às aulas por medo de sofrerem atos violentos⁽⁷⁾.

No cenário nacional, um levantamento realizado em 2006 com 5.482 estudantes de quinta a oitava séries de dez escolas da cidade do Rio de Janeiro apontou que 16,9% dos alunos foram alvos de *bullying*; 10,9% comportaram-se como vítimas e autores; 12,7% caracterizaram-se apenas como autores; e 57,5% enquadraram-se como testemunhas do evento⁽⁵⁾.

Neste sentido, acrescenta-se que, de acordo com a literatura, a violência é considerada prevenível, independentemente da sua origem. Deste modo, constata-se que os profissionais das escolas necessitam saber identificar e lidar com eventos deste tipo. Para tanto, torna-se imprescindível que os educadores,

juntamente com o enfermeiro, profissional que tem como uma de suas atribuições o desenvolvimento de práticas de promoção à saúde, conheçam os fatores de risco para a violência na escola e tentem reduzi-los.

Diante da relevância do tema em apreço, são levantados os seguintes questionamentos: quem são os profissionais que trabalham nas escolas pública e particular? Quais são os agressores e os tipos de eventos violentos sofridos por esses profissionais? Destarte, este estudo tem como objetivo caracterizar os profissionais que trabalham no contexto das escolas pública e particular, bem como, identificar os agressores e os tipos de eventos violentos vivenciados por esses profissionais. Acredita-se que o referido trabalho é de fundamental importância para o aprofundamento da temática, contribuindo assim para a criação de estratégias de prevenção desse problema e de suas respectivas consequências.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, exploratório, comparativo, com abordagem quantitativa, realizado em duas escolas, sendo uma delas pública e outra particular. As referidas instituições são localizadas no Bairro de Cidade Satélite, situado na Zona Sul da cidade de Natal/RN. A população estudada correspondeu a 121 profissionais da área da educação, dos quais, 62 trabalhavam na escola pública, enquanto 59 eram funcionários da particular.

Para a coleta de dados foi utilizado um formulário contendo questões fechadas, dividido em duas partes. Na primeira constam dados de caracterização sociodemográfica de diretores, professores e funcionários, como: sexo, idade, categoria profissional. A segunda relaciona-se ao dimensionamento do *bullying* na escola, com aspectos referentes ao tipo de violência sofrida, locais onde ocorreu e o agressor.

Para que esta pesquisa fosse realizada enviou-se o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o qual obteve aprovação sob o Parecer de nº 149/10. Após essa etapa realizou-se o pré-teste do instrumento com 10% da população, no mês de novembro de 2010, em uma Escola Estadual localizada na Zona Oeste de Natal, a fim de avaliar a sua aplicabilidade e necessidade de modificações. Em seguida, iniciou-se a coleta de dados, a qual foi antecedida por uma reunião com a direção e vice-direção das escolas para expor os objetivos da pesquisa e pedir a colaboração para o desenvolvimento desta.

Os dados foram coletados nos turnos matutino e vespertino, de segunda a sexta-feira, durante o mês de novembro e dezembro de 2010, com aqueles profissionais que aceitaram participar do estudo mediante a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). Salienta-se que toda a investigação foi realizada conforme a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que preconiza o comprometimento dos princípios éticos e legais que regem a pesquisa científica em seres humanos⁽⁸⁾.

Os dados foram categorizados e processados eletronicamente, através dos *software Microsoft-Excel XP* e *Statistica 6.0*. Inicialmente, com o auxílio do *software Microsoft Excel 2007*, apresentaram-se os dados em forma de tabelas, quadros e gráficos. A análise descritiva das observações foi realizada de forma a proporcionar uma visão organizada, sumarizada e inteligível dos dados. Estes foram exportados e analisados no programa estatístico *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)* para realização de todo tratamento inferencial. Dessa forma, optou-se pela utilização do teste não paramétrico Qui-Quadrado com a finalidade de identificar a associação ou dependência

entre as variáveis, analisando as frequências observadas

e as esperadas.

RESULTADOS

Para abordar os resultados e as discussões provenientes dessa pesquisa, apresentar-se-ão os dados referentes à caracterização dos profissionais de educação das escolas pública e particular investigadas. Posteriormente serão exibidas informações relacionadas ao tipo agressor e eventos violentos vivenciados por

esses profissionais. Salienta-se que, no total, a população estudada foi composta por 121 profissionais, e destes, 62 trabalhavam na instituição de ensino pública e 59, na particular. A Tabela 1 expõe a caracterização dos profissionais no que se refere ao sexo, faixa etária e categoria profissional.

Tabela 1 – Dados de caracterização dos profissionais de educação das escolas pública e particular segundo as variáveis sexo, idade e categoria profissional. Natal, RN, Brasil, 2010

Variável	Instituições de ensino						
	Escola pública (n=62)		Escola particular (n=59)		Total (n=121)		
	n	%	n	%	n	%	
Sexo	Masculino	22	35,48	31	52,54	53	43,80
	Feminino	40	64,52	28	47,46	68	56,20
Idade	20 29	09	14,52	24	40,68	33	27,27
	30 39	08	12,90	11	18,64	19	15,70
	40 49	24	38,71	14	23,73	38	31,40
	50 59	17	27,42	08	13,56	25	20,66
	Acima de 59	04	06,45	02	03,39	06	04,97
Categoria Profissional	Diretor	01	01,61	01	01,69	02	01,65
	Professor	37	59,68	31	52,54	68	56,20
	Funcionários	24	38,71	27	45,76	51	42,15

Observou-se na Tabela 1 que, dos 121 participantes da pesquisa, 68 (56,20%) eram do sexo feminino e 53 (43,80%), do masculino. Quando analisadas as instituições separadamente percebeu-se que, na pública, houve predominância de mulheres, com

40 (64,52%) integrantes, enquanto os homens corresponderam a 28 (47,46%) indivíduos. Na escola particular ocorreu o inverso, visto que 31 (52,54%) profissionais eram do sexo masculino e 22 (35,48%), do feminino.

No que se refere à idade (Tabela 1), constatou-se que 38 (31,40%) profissionais estavam na faixa etária entre 40 e 49 anos, seguidos de 33 (27,27%) com idade entre 20 e 29 anos, enquanto 25 (20,66%) pesquisados entre 50 e 59 anos. Especificamente em relação à escola pública, 24 (38,71%) sujeitos estavam na faixa etária entre 40 e 49 anos, divergindo da particular, que apresentou 24 (40,68%) funcionários entre 20 e 29 anos de idade.

Quanto à categoria profissional, (Tabela 1), 68 (56,20%) eram professores; 51 (42,15%), funcionários e 02 (01,65%), diretores administrativos. Considerando cada instituição isoladamente, identificou-se que, na pública, 37 (59,68%) sujeitos eram professores, 24 (38,71%), funcionários e 01 (01,61%), diretor. Na particular, 31 (52,54%) eram professores, 27 (38,71%), funcionários e 01 (01,69%), diretor.

Em relação ao profissional que sofreu violência dentro do ambiente escolar, constatou-se que, dos 121 indivíduos que participaram do estudo, 84 (69,42%) deles nunca sofreram algum tipo de violência no local,

entretanto, 37 (30,58%) já tinham sido vítimas do *bullying*. No que diz respeito à instituição pública, dos 62 sujeitos pesquisados, 40 (64,52%) relataram não ter sofrido *bullying*, enquanto 22 (35,48%) alegaram o oposto. No âmbito da particular, 44 (74,58%) não vivenciaram violência na escola e 15 (25,42%) afirmaram ter passado por experiências deste tipo anteriormente.

Ademais, outra variável investigada na pesquisa ora desenvolvida foi o agressor dos episódios de violência, identificando-se que, 36 (97,30%) profissionais foram agredidos por alunos e 01 (02,70%), pelo professor da instituição. Em relação à instituição pública, 21 (95,45%) sofreram violência advinda de alunos e apenas um 01 (04,55%) vivenciou a experiência perpetrada por professor. Quanto à particular, constatou-se que 15 (100,00%) agressores foram alunos.

A seguir, a Tabela 2 mostra a distribuição dos profissionais de acordo com o tipo de episódio violento vivido no contexto da escola.

Tabela 2 - Dados dos profissionais da educação das escolas pública e particular segundo o tipo de violência sofrida. Natal, RN, Brasil, 2010

Variável	Instituições de ensino					
	Escola pública (n=62)		Escola particular (n=59)		Total (n=121)	
	n	%	n	%	n	%
Violência física	04	18,18	01	06,67	05	11,11
Violência indireta	05	22,73	03	20,00	08	17,77
Agressão verbal	15	68,18	11	73,33	26	57,77
Violência psicológica	03	13,64	03	20,00	06	13,33
Total	27	100,00	15	100,00	45	100,00

Com base nos dados contidos na Tabela 2, percebeu-se que 26 (57,77%) participantes sofreram agressão verbal, 08 (17,77%), violência indireta (roubo, furto ou depredação de bem particular), 06 (13,33%) deles, violência psicológica e 05 (11,11%) foram vítimas de violência física. Avaliando as instituições de ensino de modo isolado, constatou-se que, na pública, 15 (68,18%) sofreram violência verbal, 05 (22,73%), violência indireta, 04 (18,18%), violência física e 03 (13,64%), violência psicológica. No âmbito da escola particular, 11 (73,33%) foram vítimas de agressão verbal, 03 (20,00%), de violência indireta e psicológica e 01 (06,67%), de violência física.

DISCUSSÃO

A partir da observação da Tabela 1, constatou-se que dos 121 participantes da pesquisa, 68 (56,20%) eram do sexo feminino. Ao analisar as instituições separadamente, identificou-se que na pública predominaram as mulheres, com 40 (64,52%) integrantes, enquanto na instituição particular houve maior quantidade de homens, representados por 31 (52,54%) casos.

Dados semelhantes foram encontrados em um estudo sobre a relação do gênero e a violência na escola na cidade de São Paulo (SP), quando se identificou que dos 31 profissionais da educação envolvidos na pesquisa, 23 (74,2%) eram do sexo feminino e 08 (25,8%), do masculino⁽⁹⁾. Outra investigação sobre a visão do professor e a violência doméstica, desenvolvida em escolas do interior do estado de São Paulo, relatou que a maioria dos pesquisados era do sexo feminino (67%)⁽¹⁰⁾.

Diante dos dados apresentados, é possível detectar uma progressiva femininização dos profissionais atuantes nas escolas, principalmente no ensino fundamental e médio. Destarte, um estudo acrescentou

que, do total de mulheres que desenvolviam alguma atividade laborativa fora do seu ambiente doméstico, mais de 5% trabalhavam em alguma função na escola, e em contrapartida, do total dos homens, 0,4% desempenhavam essa atividade. Em termos absolutos, isto significa que, a cada 20 mulheres ocupadas, uma é funcionária de alguma instituição de ensino, ao passo que, de 250 homens, apenas um trabalha nessa atividade⁽¹¹⁾.

Tal predominância tem raízes históricas, marcadas pela expansão do setor educacional no Brasil, a partir da metade do século XX, que requisitou a inserção de muitos trabalhadores para o ensino. Pelo fato de envolver o cuidado com os outros e considerar a atividade pedagógica como continuidade do trabalho em âmbito doméstico, a docência foi vista como um exercício destinado a mulheres, as quais desenvolviam cargos no ambiente escolar⁽¹²⁾.

No que se refere à idade, (Tabela 1), observou-se que 38 (31,40%) profissionais estavam na faixa etária entre 40 e 49 anos e no tocante à instituição pública, 24 (38,71%) sujeitos estavam na faixa etária entre 40 a 49 anos, enquanto na escola particular, 24 (40,68%) profissionais tinham entre 20 a 29 anos de idade.

Frente aos dados supracitados, um estudo realizado em Natal/RN sobre a reflexão dos educadores de escolas privadas a respeito da prática do *bullying* evidenciou que 84 (78,43%) profissionais tinham idades entre 41 a 50 anos⁽¹³⁾. Nesta perspectiva, em uma investigação acerca das condutas dos professores contra o *bullying* nas escolas dos EUA, constatou-se que dos 116 profissionais da educação envolvidos na pesquisa, 94 (80,7%) tinham a idade entre 39 e 42 anos⁽¹⁴⁾. Outro trabalho sobre a violência nas escolas públicas e privadas realizado em Campinas (SP) mostrou que dos 127 profissionais selecionados para participar da

investigação, 105 (83%) possuíam idades entre 38 a 42 anos⁽¹⁵⁾.

Destarte, acrescenta-se que existe um aumento significativo dos profissionais da educação com idade até 30 anos, porém após essa idade e até os 45 anos, este número se mantém constante no mercado de trabalho por um período significativo do ciclo de vida, o que demonstra uma escolha mais consciente da profissão. Nessa faixa etária ocorre o "pico de produtividade e criatividade" para muitos indivíduos, no qual o trabalho pode dar um significado à existência, desde que possibilite o desenvolvimento das potencialidades do ser humano⁽¹¹⁾.

Ademais, os profissionais que desenvolvem suas atividades nas instituições particulares se inserem nesse ambiente bastante jovens e a sua participação no setor declina à medida que adquirem experiência, pois possibilita procurar algo com vínculo empregatício mais estável. Assim, o predomínio de pessoas jovens nas escolas particulares pode ser justificado, possivelmente, pela forma de contratação nestes locais, que na maioria dos casos consiste na contratação de alunos estagiários logo após a conclusão do curso⁽¹⁶⁾.

Em relação à categoria profissional (Tabela 1), predominaram os professores, com 68 (56,20%) indivíduos; seguidos por 51(42,15%) funcionários e 02 (01,65%) diretores administrativos, de forma que nas duas escolas investigadas houve predomínio do quantitativo de docentes, seguidos de funcionários e diretores, respectivamente. Quanto a isso, em um estudo sobre a reflexão do *bullying* nas escolas particulares de Natal (RN), identificaram-se 86 (82%) professores, 08 (07,4%) fiscais de corredor, 08 (07,4%) coordenadores, 02 (01,6%) diretores e 02 (01,6%) psicólogas.

Com base nesses dados, é pertinente enfatizar que o professor é considerado uma figura central, o

principal capital humano das instituições de ensino, sendo responsável pelo sucesso ou fracasso do processo educativo. Como se pode perceber, na área da educação o foco está voltado para o professor, o qual vem se tornando a categoria priorizada na criação de projetos, capacitações e formulações de políticas devido ao seu maior contato com os alunos⁽¹⁷⁾.

Apesar de reconhecer a indiscutível relevância desse profissional, não se deve esquecer dos demais funcionários, para os quais, muitas vezes, as ações direcionadas são secundarizadas. Ainda que as funções cumpridas por esse segmento, no sentido mais amplo, não sejam exclusivas da instituição escolar, quais sejam: secretaria, serviços administrativos, limpeza e merenda, os profissionais dessas áreas exercem uma função educativa junto aos estudantes e participam do conselho escolar, órgão máximo de gestão da escola, espaço de deliberação das ações a serem desenvolvidas para cumprir a sua função social⁽¹⁸⁾.

No tocante aos diretores, estes representam figuras que coordenam os trabalhos e exercem o processo de decisão na organização das tarefas, sendo esta atribuição centrada em apenas um indivíduo ou em um grupo deles. Além disso, devem desempenhar uma gestão democrática e participativa, com o intuito de atingir metas e cumprir responsabilidades, sendo então necessária a articulação e integração dos vários setores da escola e comunidade. Todavia, na realidade a função predominante é a de gerir e administrar, com conotação pedagógica, baseado em um projeto educativo⁽¹⁹⁾.

Dessa forma, estes funcionários são expostos à pressão tanto por parte dos trabalhadores da escola, alunos e pais, em suas reivindicações para a melhoria das condições de trabalho e ensino; quanto por parte do Estado, para cumprir as orientações impostas. A forma como o diretor consegue lidar com a situação implica na imagem construída pelos agentes pedagógicos⁽¹⁹⁾.

Quando questionados se sofreram violência dentro do ambiente escolar, 37 profissionais afirmaram ter sido vítimas de *bullying*, desses, 25 (67,56%) pertenciam à instituição pública e 12 (32,43%), à particular. Face ao tema em apreço, uma investigação realizada na cidade de Natal/RN sobre o olhar dos educadores a respeito do *bullying* constatou que 31,07% desses profissionais afirmaram ter sofrido violência na escola⁽¹³⁾.

Neste sentido, ressalta-se que as atitudes hostis, agressivas e desafiadoras dos jovens, são consequências da relação com os pais, reproduzindo na escola atos vivenciados dentro do ambiente intra-familiar. Acrescenta-se ainda que crianças e adolescentes expostos à violência doméstica tendem a ser mais agressivos, apresentando alterações de conduta nas escolas e comunidade, e ainda problemas de saúde mental, como depressão, ansiedade, fobias, insônia e baixa auto-estima^(4,20).

Além disso, a exacerbação e o confronto desencadeado nas instituições de ensino em relação aos profissionais podem ser explicados porque nesse espaço convivem pessoas de diferentes classes sociais com valores pessoais e de relacionamento divergentes ou até mesmo antagônicos. Enfatiza-se que devido aos profissionais terem pouca percepção do *bullying*, mesmo quando o evento acontece, eles subestimam a sua prevalência e atuam de forma insuficiente para a redução e interrupção dessas situações⁽¹⁵⁾.

Dessa forma, os profissionais da educação estão vulneráveis a qualquer tipo de violência no ambiente escolar, seja por parte dos alunos ou dos familiares destes, tornando-se rotina e interpretados, muitas vezes, como brincadeiras inofensivas. Por conviver diariamente com o evento, esse educador experimenta um grande sofrimento que prejudica sua saúde física e mental, desenvolvendo sintomas como fadiga,

transtorno do sono, falta ou excesso de apetite e ansiedade⁽¹³⁾.

No tocante à variável tipo de violência sofrida pelos profissionais (Tabela 2), na escola pública, 15 (68,18%) sofreram violência verbal, 05 (22,73%) violência indireta, 04 (18,18%) violência física e 03 (13,64%) violência psicológica. Contudo, na particular, 11 (73,33%) foram vítimas de agressão verbal, 03 (20,00%) violência indireta e psicológica e 01 (06,67%) violência física.

Em outro estudo realizado na cidade de Natal (RN) sobre o olhar dos educadores a respeito do *bullying*, detectou-se que dentre os funcionários que sofreram violência, 60% foram vítimas de violência verbal manifestada sob forma de palavrões, apelidos e xingamentos, 88,89% ameaçados ou desrespeitados, 11,11% sofreram empurrões e tapas e 02,28% queixaram-se de ameaça de morte⁽¹³⁾.

Torna-se então importante destacar que os alunos do ensino fundamental e médio costumam agredir mais os colegas e profissionais verbalmente, diminuindo os casos de violência física, as quais são mais evidentes entre as crianças do ensino básico. As mulheres costumam realizar mais a violência verbal por ser uma forma sutil de praticar a agressão⁽²¹⁾.

Neste sentido, a violência psicológica caracteriza-se por constar de vários tipos de agressões contra as vítimas, as quais visam aterrorizar, rejeitar, humilhar a vítima, restringir a liberdade ou, ainda, isolar do convívio social. A interferência negativa de uma pessoa sobre a competência social do indivíduo, ou abuso de poder disciplinador, coercitivo; o tratamento abusivo das relações interpessoais; a depreciação do outro perante seus pares; a violação de direitos; e a negação dos valores humanos também são considerados formas de violência psicológica. Acredita-se que esse fato favorece o aumento de atos agressivos contra os componentes

da escola, pois simula as condutas antissociais nas pessoas que estão próximas a ele, dificultando o convívio em determinado ambiente⁽¹⁵⁾.

Dando continuidade aos dados encontrados na pesquisa ora desenvolvida, quanto aos agressores, os alunos sobressaíram tanto na escola pública quanto na particular, representados por 21 (95,45%) e 15 (100,00%) estudantes, respectivamente. Em um estudo desenvolvido em duas escolas, na cidade de Juiz de Fora (MG), identificou-se que 40,03% dos alunos agrediam verbalmente e fisicamente os profissionais da educação durante o intervalo das aulas. Além disso, dentro da sala de aula, eles provocavam a desordem propositalmente com o objetivo de desrespeitar a autoridade dos professores⁽²²⁾.

No estudo supracitado, convém acrescentar que os alunos que manifestavam atitudes consideradas antissociais eram aqueles cujo desenvolvimento psicológico vinha sendo satisfatório, até que, por algum motivo, foi perdido algo que sustentava a segurança psíquica. As atitudes agressivas constituem uma reivindicação ao ambiente para o retorno ao ponto em que houve falha no desenvolvimento, a fim de dar curso ao que foi interrompido. Podem ser expressas por meio de mentiras, furtos, agressões verbal e física ou depredação, o que revela a necessidade de reconhecimento externo daquilo que faltou e do suprimento dessa falta, vivida como experiência dolorosa⁽²²⁾.

Destarte, os profissionais que sofrem violências na escola têm o seu nível de estresse aumentado, revertendo atitudes agressivas para os alunos. Os funcionários que gritam para colocar ordem no ambiente inspiram comportamentos semelhantes em seus alunos. Assim, após um período de convivência, os alunos assumem atitudes tão agressivas quanto aquelas adotadas pelos profissionais, ou apresentam

comportamentos mais retraídos, em virtude do medo de punição. De acordo com o autor, as condições hostis do ambiente escolar motivam os profissionais ao desinteresse, acomodação e até abandono da profissão⁽⁴⁾.

CONCLUSÕES

Os resultados deste estudo mostraram que, dos 121 participantes da pesquisa, houve predomínio dos indivíduos do sexo masculino, com 22 (35,4%) oriundos da escola pública e 31(52,54%) da particular; na faixa etária entre 40 e 49 anos (38,7%) na escola pública; e 20 a 29 anos (40,68%) na instituição particular.

Em relação ao agressor, 21 (95,45%) funcionários da escola pública sofreram violência advinda de alunos e neste local, apenas um 01 (04,55%) pesquisado vivenciou a experiência perpetrada por professor. Quanto ao cenário da escola particular, 15 (100,00%) agressores foram alunos. No tocante ao tipo de violência sofrida, percebeu-se que nos dois locais houve predomínio da violência verbal, de modo que houve 15 (68,18%) e 11 (73,33%) relatos nos âmbitos público e particular, respectivamente.

De acordo com o exposto percebe-se que os profissionais estão vulneráveis aos episódios de *bullying* perpetrados por alunos, não havendo discrepâncias relevantes entre as duas instituições estudadas. Este achado merece atenção especial, pois esses episódios violentos desencadeiam diversos prejuízos de desempenho nos referidos funcionários, seja no ambiente de trabalho ou no espaço domiciliar.

Neste sentido, sugere-se que os professores, funcionários e direção participem constantemente de atualizações voltadas à temática do *bullying*, a fim de que a educação continuada possibilite a mudança de pensamento e atitudes de forma a contribuir para combater esse fenômeno. É imprescindível criar

estratégias que envolvam mais a família e a comunidade, com vistas a minimizar a violência escolar e ampliar o bem estar de todos.

Ademais, apesar dos enfermeiros pouco atuarem no cenário das escolas, com base nos resultados advindos deste estudo, evidenciou-se a necessidade de ampliar a participação desse profissional no espaço escolar, sobretudo no desenvolvimento de ações de promoção à saúde, no intuito de contribuir para tornar o local mais seguro e digno de se frequentar. Ressaltamos, também, a necessidade de preencher, na oportunidade do doutorado, a lacuna sobre a visão e atuação dos alunos contra a violência na escola, pois enxergamos que através desta população podemos desenvolver estratégias mais efetivas que previnam e combatam o evento.

REFERÊNCIAS

1. Minayo MCS. Seis características das mortes violentas no Brasil. *Rev Bras Estud Popul.* 2009; 26(1):135-40.
2. Organização Mundial da Saúde (OMS). Classificação Internacional de Doenças: CID – 10. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 1993.
3. Paim JS, Costa HOG, Vilasbôas ALQ. Política pública e controle da violência: um estudo de caso na cidade de Salvador, Bahia, Brasil. *Cad Saúde Pública.* 2009; 25(3):485-94.
4. Lopes Neto AA. Bullying: comportamento agressivo entre estudantes. *J Pediatr.* 2005; 81(5):164-72.
5. Botelho RG, Souza JMC. Bullying e educação física na escola: características, casos, consequências e estratégias de intervenção. *Rev Educ Fís.* 2007; 139:58-70.
6. Palácios M, Rego S. Bullying: mais uma epidemia invisível? [editorial]. *Rev Bras Educ Med.* 2006; 30(1):1-3.
7. Fante C, Pedra JA. Bullying escolar: perguntas e respostas. Porto Alegre: Artmed; 2008.
8. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996: aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. *Bioética.* 1996; 4(2 supl):15-25.
9. Bittencourt AA. Sentimentos de discriminação em estudantes: prevalência e fatores associados. *Rev Saúde Pública.* 2009; 43(2):236-45.
10. Algeri S, Souza LM. Violência contra crianças e adolescentes: um desafio no cotidiano da equipe de enfermagem. *Rev Latinoam Enferm.* 2006; 14(4):625-31.
11. Barros RP, Mendonça R, Blanco M. O mercado de trabalho para professores no Brasil. In: *Anais do XXIX Encontro Nacional de Economia*; 2001 Dez. 1-19; Salvador: ANPEC; 2001.
12. Servilha EAM. Estresse em professores universitários na área de fonoaudiologia. *Rev Ciênc Méd.* 2005; 14(1):43-52.
13. Campos HR, Jorge SDC. Violência na escola: uma reflexão sobre o bullying e a prática educativa. Em Aberto. 2010; 83(23):107-28.
14. Twemlow SW, Fonagy P, Sacco FC, Brethour Jr. JR. Teachers who bully students: a hidden trauma. *Int J Soc Psy.* 2006; 52:187-96.
15. Anser MACI, Joly MCRA, Vendramini CMM. Avaliação do conceito de violência no ambiente escolar: visão do professor. *Psi Teor Prat.* 2003; 5(2):67-81.
16. Contaifer TRC, Bachion MM, Yoshida T, Souza JT. Estresse em professores universitários da área de saúde. *Rev Gaúcha Enferm.* 2003; 24(2):215-25.
17. Garbin CAS, Queiroz APD, Costa AA; Garbin AJI. Formação e atitudes dos professores de educação infantil sobre a violência familiar contra criança. *Educ Rev.* 2010; 2:207-16.

18. Trocmé NM. Major findings from the Canadian incidence study of reported child abuse and neglect. *Child Abuse Negl.* 2003; 27(12):1427-39.

19. Silva IP. Para ser um guri: espaço e representação da masculinidade na escola. *Estilos Clín.* 2004; 9(17):70-83.

20. Monteiro EMLM, Brandão Neto W, Gomes IMB, Freitas RBN, Brady CL, Moraes MUB. Violência contra criança e adolescente: rompendo o silêncio. *Rev Rene.* 2009; 10(3):107-28.

21. Seixas SR. Violência escolar: metodologias de identificação dos alunos agressores e/ou vítimas. *Anál. Psicol.* 2005; 2(23):97-110.

22. Fontes AMM. Escola e violência. In: *Proceedings of the 6th Psicanálise, Educação e Transmissão.* LEPSI IP/FE-USP. 2006; 15(1):31-7.

Recebido: 01/02/2012
Aceito: 30/08/2012